

POVOS INDÍGENAS NAS GUERRAS E CONQUISTA DO SERTÃO NORDESTINO NO PERÍODO COLONIAL

RICARDO PINTO DE MEDEIROS
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O artigo analisa a política de alianças e guerras entre a Coroa Portuguesa e os povos indígenas no sertão nordestino no período colonial. Os conflitos foram agrupados em três grandes regiões: o sertão do recôncavo baiano e a margem baiana do rio São Francisco, incluindo o extremo sul do Piauí; o sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará; e o sertão das capitanias do Piauí e Maranhão. Este agrupamento correspondeu, grosso modo, à sequência temporal na qual os conflitos adquirem maior densidade na documentação pesquisada e permitiu visualizar melhor como se deu a movimentação dos povos a partir do contato e quais as consequências para os mesmos. Além disso, problematiza a periodização e abrangência do processo histórico denominado de Guerra dos Bárbaros.

Palavras-chave: Povos indígenas; Sertão; Guerra dos Bárbaros

Abstract: This article analyzes the policy of agreements and wars between the Portuguese Crown and the Indians in Sertão nordestino in the colonial ages. To facilitate the study, the feuds were split in three great regions: Sertão do Recôncavo Baiano and Bahia's shore of São Francisco river, including the south of Piauí; Sertão of Pernambuco, Paraíba, Rio Grande and Ceará; and Sertão of Piauí and Maranhão. This division corresponded to the timeline in which the conflicts become more present in the researched documents and allowed a better view on

peoples' displacements since the contact and evaluate the consequences for them. Furthermore, it discusses the time marks and the reach of the historical process called Guerra dos Bárbaros.

Key-words: Indian people; Sertão; Guerra dos Bárbaros

A partir da segunda metade do século XVII, com o fim da guerra com os holandeses, e afastada a ameaça de invasão externa, intensifica-se o processo de ocupação do sertão, principalmente através da expansão da atividade pecuária. Esta expansão vai provocar uma série de conflitos entre os novos e os antigos habitantes. Ao conjunto de conflitos resultantes deste contato entre mundos e culturas tão diferentes deu-se o nome de “Guerra dos Bárbaros”. A cronologia, regiões de abrangência e povos envolvidos nestes conflitos varia de autor para autor, de acordo com a metodologia e as fontes utilizadas. O que podemos perceber, a partir da pesquisa realizada, é que estes conflitos se intensificam no momento inicial de ocupação da região e se prolongam, na região em estudo, durante todo o período colonial acompanhando o processo de conquista e ocupação da terra pelos fazendeiros de gado.

Para perceber os povos indígenas do sertão nordestino, envolvidos neste processo de alianças, guerras e pazes que caracterizou o contato com as frentes colonizadoras no período colonial, agrupamos as informações em três grandes áreas:

- o sertão do Recôncavo baiano e a margem baiana do rio São Francisco, incluindo o sul da capitania do Piauí, atingido pela expansão baiana na segunda metade do século XVII;

- o sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, incluindo a margem pernambucana do rio São Francisco, e mais especificamente o sertão do Ararobá e as ribeiras dos rios Moxotó e Pajeú;

- o sertão das capitanias do Maranhão e do Piauí, onde se encontram, no século XVIII, as entradas vinda do sertão da Bahia com as vindas do Maranhão.

Além do corte espacial político-administrativo, este agrupamento corresponde, grosso modo, à seqüência temporal na qual os conflitos

adquirem maior intensidade. Esta maneira de trabalhar os dados permitiu visualizar melhor como se deu a movimentação dos povos a partir do contato; se foram exterminados, reduzidos ou aldeados, ou se fugiram para outras regiões. O que se pôde observar é que, dos povos que sobreviveram e foram aldeados, alguns resistiram e, quando puderam, acabaram fugindo. Os que permaneceram aldeados foram, pouco a pouco, vivenciando um processo denominado por Darcy Ribeiro de transfiguração étnica, que seria aquele através do qual as populações tribais que se defrontam com as sociedades nacionais preenchem os requisitos necessários à sua persistência como entidades étnicas, mediante sucessivas alterações em seu substrato ideológico, em sua cultura e em suas formas de relação com a sociedade envolvente.¹

Durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XVII são organizadas várias jornadas ao sertão do Recôncavo baiano, comandadas principalmente por paulistas, para combater os índios que estavam atacando as vilas da região, principalmente as de Cairú, Camamu e Boipeba. A maior parte da documentação pesquisada para a região do sertão do Recôncavo baiano neste período não fornece etnônimos para os povos envolvidos nos conflitos, tratados genericamente como o “gentio bárbaro” que ataca as vilas, plantações e fazendas dos moradores. No entanto, alguns são citados, como os Topin, os Paiaia e os Maracá. Os Paiaia aldeados na serra da Jacobina vão ser transferidos para a serra do Orobó para servirem de muralha contra os ataques ao Recôncavo e também auxiliarão nos combates contra os Maracá. Destes últimos, tornaram-se cativos, em 1672, cerca de mil e quinhentos, que foram enviados para Salvador para serem vendidos.

Depois de um período de aparente calmaria, voltam a aparecer na documentação pesquisada conflitos na região do Recôncavo, a partir das primeiras décadas do século XVIII, principalmente entre 1719 e 1722. Neste período foram encontradas várias cartas do governador geral do Estado do Brasil solicitando índios para a “Guerra dos Bárbaros” na região. No mesmo período são também pedidos índios para a “Guerra dos Bárbaros” no sertão do São Francisco e no Piauí, o que aponta para uma generalização do ponto de vista espacial, dos conflitos, que passam a ocorrer em várias regiões neste momento.²

A região em torno do rio São Francisco estava dividida entre as jurisdições das capitanias da Bahia e de Pernambuco e foi palco de disputas entre elas durante todo o período colonial. Uma das figuras de maior destaque na região foi Francisco Dias de Ávila, que atuou nas duas margens do rio. Em 1674, os Anaió, que estavam aldeados na barra do rio Salitre e haviam se rebelado, foram combatidos por uma bandeira por ele organizada. Em 1675, Domingos Rodrigues Carvalho, a mando do mesmo, reprimiu os Galache que estavam também atacando a região. Em 1676, Francisco Dias de Ávila vai receber apoio dos Cariri aldeados pelos capuchinhos franceses nas ilhas do São Francisco para combater os Anaió. Em 1677, uma nova expedição aos Anaió, feita por Domingos Rodrigues Carvalho, tornou cativos cerca de quinhentos índios.³

Atravessando o São Francisco, a expansão da colonização vinda do sertão da Bahia atinge o sertão sul e sudeste do atual Estado do Piauí. Segundo Urbino Vianna, o governador geral do Estado do Brasil D. João de Lencastre, manda, em cumprimento às ordens régias de dez de novembro de 1698 e dois de dezembro de 1698, fundar as povoações de Parnaguá [atualmente a cidade de Parnaguá está localizada no extremo sul do Piauí], Santa Rita do Rio Pardo e São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, a que depois se acrescentou Campo Largo; a fim de que pudessem seus habitantes opor resistência eficaz aos “*Acroazes, Mocoazes e Rodeleiros*”⁴.

Os primeiros conflitos que pudemos identificar na margem pernambucana do sertão do rio São Francisco ocorreram por volta de 1675, pois neste ano é discutida no Conselho Ultramarino uma carta do governador geral do Brasil ao rei, onde o mesmo informava que haviam se rebelado algumas aldeias da parte norte do referido rio, persuadidas do principal de uma. Por ser parte muito remota, se ofereceu para a empresa Francisco Dias Ávila com cem homens brancos, além dos índios à sua custa, e o governador o mandou como capitão-mor da mesma gente, com ordem que de nenhuma maneira fizesse guerra, senão que em primeiro lugar fosse de paz ao principal ofendido e o persuadissem a vir com ele para a vizinhança da Bahia, onde ele, governador, lhes daria terras e seriam conservados em sua liberdade e do mesmo modo falasse com os principais das outras aldeias e, quando não os pudesse reduzir, com razões e promessas, os obrigasse por força.⁵

Em 1678, o mesmo Francisco Dias de Ávila apresentou um documento solicitando, a partir do que tinham obrado os Guegue habitantes do riacho Pajeú, um parecer dizendo se seria justo ou não declarar-lhes guerra.⁶

Em 15 de agosto de 1691, o governador de Pernambuco escreveu ao capitão-mor do Rio de São Francisco, Diogo de Souza Vieira, a respeito de uma carta que havia recebido do capitão-mor do Ararobá, João de Oliveira Neves, dando conta que os Tapuia Hoés Hoés e seis nações mais tinham feito grandes hostilidades naquela capitania e pedia socorro. O governador ordenou que mandasse toda a gente de guerra da aldeia dos Urumarú administrada pelo padre capuchinho frei Boaventura com um cabo de satisfação a incorporar-se na aldeia do Ararobá com o capitão-mor João de Oliveira Neves e juntamente tivesse prevenida outra tropa dos Tapuia Chocó, Carnijó e Carapotó para entrar pelo rio dos Cabaços buscando a região que fica entre o Pajeú e os campos do Buíque, esperando aviso do capitão-mor sobre quando partir.⁷

Em dezembro de 1696, o governador geral do Brasil escreve ao mestre de campo Domingos Jorge Velho que havia sido informado que alguns paulistas do seu terço deram no riacho dos Cabaços, em um rancho onde estavam os bárbaros de que era capitão o Paxicú, e, entre outros, lhe cativaram a mulher, e de que se temia alguma revolução nas aldeias. E que falando o capitão-mor daqueles distritos com os paulistas para que não os cativassem, pois estavam de paz com os brancos, lhe disseram que tinham ordem de Sua Majestade para cativarem todo o gentio que não fosse batizado e não estivesse aldeado. O governador disse ao mestre de campo que se ele tivesse aquela ordem, a enviasse originalmente para que ele a visse; se não, fizesse recolher logo os paulistas e lhes ordenasse que restituíssem logo ao Paxicú a sua mulher, e que de nenhum modo inquietassem as nações dos Carinayós [Carnijó?], Jacôs [Xocó?] e Paraquió, e a do mesmo Paxicú.⁸

Em setembro de 1703 é discutida no Conselho Ultramarino uma carta do governador de Pernambuco sobre o estado em que se achavam os bárbaros da nação Macaru dos sertões daquela capitania, que habitavam nas vizinhanças das serras do Salitre no rio de São Francisco da parte de Pernambuco, e da guerra que lhe mandara fazer o dito governador. Ao

conselho pareceu que nesta guerra se procedeu segundo as ordens reais, pois foi proposta e aceita na Junta das Missões.⁹

Os conflitos na ribeira do Pajeú voltam a aparecer na documentação pesquisada no ano de 1713, numa carta escrita pelo governador de Pernambuco ao capitão-mor João de Oliveira Neves, onde comenta que havia lhe chegado a notícia de que, na ribeira do Pajeú, se achava revolto o gentio Xocó e que estes tinham agregado os Guegue, Uman, Carateú e Pipan, e convinha muito que ele se achasse prevenido para qualquer invasão que intentassem estes bárbaros, de tal sorte que nunca de sua parte se declarasse guerra contra eles e no caso que os ditos o fizessem, lhes devia reprimir o impulso para que não conseguissem o seu intento.¹⁰

Em 25 de agosto do ano seguinte, é apresentada, na Junta das Missões, uma petição com um assinado dos moradores do sertão do rio de São Francisco e uma carta do seu capitão-mor pedindo autorização para fazer guerra aos índios das nações Xocó e Paraquió pelos roubos e extorsões que lhes faziam, não se acharem aldeados, e afirmando que o provincial de São Francisco havia informado que na Bahia houvera ordem do Governador Geral para lhes fazer guerra.¹¹

Na reunião da Junta da Missões de vinte e nove de novembro do mesmo ano, foi lida uma petição dos moradores do riacho do Moxotó da jurisdição do capitão-mor Francisco Gomes de Sá em que se queixam dos insultos e extorsões que tem feito e faz os gentios das nações Paraquió, Peraricoanha, tendo já morrido cinco pessoas que iam para as minas, e que continuavam com outras hostilidades, pedindo autorização para poderem fazer guerra ao dito gentio. Assentou-se que se tirasse devassa e que se fizesse guerra defensiva até a mesma ser concluída.¹²

Em 28 de agosto de 1746, uma representação da Câmara de Pernambuco se refere à rebeldia, inclusive dos índios aldeados, que tem levado ao despovoamento e destruição de fazendas, como ocorria na ribeira do Panema, sob a ação dos Carnijó, Xocó e Paraquió.¹³

Em 1759 é feita uma devassa sobre o ataque que os Pipipan e Paraquió haviam feito na ribeira do Moxotó. Segundo esta devassa os Paraquió e Pipipan que eram da mesma língua haviam se unido, tendo participado também do massacre os Xucuru. Segundo esta devassa estes índios atuavam nas ribeiras do Moxotó, Pajeú e São Francisco e a maioria vivia de corso nas caatingas. A sentença da devassa sai em 22 de outubro

de 1759 e manda prender os Pipipan, Xocó, Ohé Ohé, Paraquió e o índio Felipe que tinha a alcunha de Cabelo Vermelho.¹⁴

No mesmo códice onde se encontra a mencionada devassa, há uma série de documentos. Entre eles, o termo de uma junta realizada em 25 de novembro do mesmo ano no palácio da Soledade, onde o governador de Pernambuco expunha ao bispo de Pernambuco e ao ouvidor geral que, por carta de 08 de setembro de 1759 do juiz do Ararobá, foi informado sobre a grande destruição que os índios Paraquió, Pipipan, Mangueza, Guegue e Xocó tinham feito nas fazendas de gado e sertão do Buíque, além das mortes que se executaram. Os Paraquió e Pipipan haviam se aldeado e depois voltaram a viver de corso. Os índios unidos passavam de quatrocentos arcos. Com o resultado da devassa, dos Paraquió, no momento da prisão, haviam sido mortos dezessete. Para a aldeia de Nossa Senhora das Montanhas, de nação Xucuru, foram enviados cento e sessenta e cinco, entre machos e fêmeas, além de dezessete considerados mais culpados, que foram remetidos para as galés e mandados para Fernando de Noronha.

A referida junta também assentou que se nomeasse oficial capaz para ir submeter as quatro nações ditas de corso com a ordenança do distrito e com os índios Xucuru. O escolhido foi o sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz. Este devia procurar submeter as nações com brandura e poupar toda a mortandade possível e que, depois de submetidos, fossem repartidos pelas aldeias que novamente se erigissem em vilas, por não ser conveniente conservarem-se no mesmo distrito.¹⁵

O sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, em carta ao governador de Pernambuco, escrita da Ribeira do Pajeú, em seis de julho de 1760, narra que no dia quinze de maio havia deixado Monte Alegre para cuidar da entrada que deveria mandar fazer aos índios silvestres das nações dos Paraquió, Xocó, Manguenzes, Oguêz, Karacuíz e Uman. Informa que, com a bandeira que mandou aos Paraquió, com o auxílio dos Carnijó, “colheu” cento e setenta índios. No dia trinta de maio havia mandado outra bandeira aos Paraquió com moradores da freguesia dos Garanhuns ou Ararobá e os Xucuru. E para ajudar, escreveu ao principal da missão do Curral dos Bois. Soube que no distrito do Piancó os índios Corema haviam se levantado. Estes eram do missionário capuchinho italiano Frei Próspero. O corpo principal da bandeira do Piancó era composto dos

índios das nações Icozinho, e Panati e Oguêz. Mas todos os Icozinho e alguns Panati desertaram, só ficando dos Icozinho o cabo que era seu sargento-mor.¹⁶

No dia 13 de julho do mesmo ano, Jerônimo Mendes da Paz escreveu ao governador de Pernambuco do Alojamento da Serra Talhada, relatando a chegada de trinta índios Corema da missão do padre Frei Próspero. No dia sete de julho havia chegado uma partida de dezoito Tamanquin e seis Caracuíz do Rio de São Francisco. Dos índios que havia “colhido”, tinha enviado alguns dos velhos e mulheres de volta ao sertão para ver se convenciam os outros a descenderem. Dos Manguenzes enviou quinze ao comandante do Ararobá. Catorze dos Oguêz não havia enviado imediatamente, para tentar com eles reduzir os outros ou colher mais.¹⁷

Em dezembro deste ano, escreve ao governador do povoado de Belém do São Francisco, informando que havia chegado o capitão-mor Francisco Gomes de Sá com umas presas que havia feito em uma grande maloca dos Oaês e que tinha como governador um índio chamado Antônio Preto, sargento-mor da missão do Brejo, que há anos havia fugido e que foi morto no conflito. Conseguiram prender dezessete mulheres e crianças e os índios fugiram para missão do Brejo. As índias foram bem cuidadas e instruídas para voltarem ao mato e persuadirem os outros a se aldearem. Com presentes, os índios foram sendo atraídos à missão do Brejo e lá foram presos e conduzidos “em paz” até a missão do Axará. Depois, os culpados dos levantes foram presos e enviados ao comandante do Ararobá, e os outros, soltos. Na companhia dos presos ia o capitão-mor Thomas Manoel Pinheiro, conhecido como Manuel Piauí, que andava na companhia de Manuel Preto. Comenta finalmente que, depois que já tinha despedido os índios presos, soube que se achava entre os índios que andavam na bandeira, um índio da missão de Arapuá da nação dos Cariri, muito ladino, chamado Tomás, que na cadeia da Moucha havia estado preso.¹⁸

Em 1770, o capitão Luiz da Costa Agra é encarregado de organizar bandeiras contra diversos índios dispersados das aldeias, que estavam cometendo hostilidades contra os moradores do Pajeú. Em 1801, o comandante das bandeiras Manuel Dias da Silva solicita permissão para fazer expedição ao gentio bravo da ribeira do Pajeú e do Riacho do Navio.¹⁹

Francisco Barbosa Nogueira, em carta escrita em Flores, datada de 26 de fevereiro de 1802, comenta que os índios que Manuel Dias queria conquistar eram para vingar a morte do seu irmão. Afirmava que desde as conquistas que fez Jerônimo da Paz, as bandeiras seguintes fizeram somente carnicarias e desumanas matanças de índios, grandes e pequenos, machos e fêmeas, velhos e moços, sem se perdoar ninguém.²⁰

Nos sertões da capitania da Paraíba, Rio Grande e Ceará, logo após a expulsão dos holandeses, os portugueses vão começar a povoar a região entrando em conflito com os diversos povos que ali habitavam. Entre estes, os mais visados são os Janduí, por terem se aliado aos holandeses contra os portugueses.

Em 1662, a rainha escreve ao governador do Estado do Maranhão sobre uma carta recebida do capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, em que informava que os Janduí, devido ao fato de João Fernandes Vieira, quando governou aquela capitania, ter mandado prender a ferros dois filhos do seu principal, que foram remetidos para Portugal, haviam rebelado-se e tornado-se inimigos, tendo já matado alguns moradores da capitania do Rio Grande. Nesta carta, o capitão-mor da Paraíba defende que conviria lhes fazer guerra com que se extinguissem de uma vez por todas, por terem já muita quantidade de cavalos, em que se exercitavam com a doutrina que os holandeses lhes haviam deixado. Em seguida se oferece para fazer a guerra, com pouco dispêndio da Fazenda Real, porque seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, tinha na capitania do Ceará, à obediência dele, outras nações de bárbaros contrários aos Janduí que, atacando-lhes pelas costas, não poderiam escapar, nem fugir. Na mesma data, a rainha escreve ao capitão-mor da Paraíba, dizendo que enviaria pólvora, armas e munições e que o mesmo deveria solicitar ajuda aos governadores de Pernambuco e da Bahia.²¹

Em oito de janeiro de 1688, é discutida no Conselho Ultramarino uma carta do capitão-mor da capitania do Rio Grande de dezenove de julho de 1687, na qual informava que o gentio Tapuia da nação Janduí que se encontrava debaixo de paz havia matado quarenta e seis vaqueiros e estava fazendo grandes hostilidades nas capitanias do Rio Grande, Paraíba e Ceará, e que havia mandado algumas tropas para alcançá-los. O rei ordenou agir com todo o cuidado com estes índios. Em consulta no mês

posterior, sobre o mesmo assunto, o rei ordena que antes que se fizesse guerra enviasse padres da Companhia para tentar doutriná-los.²²

Porém, já no mês seguinte, o governador geral do Brasil escreve ao capitão-mor do terço dos paulistas Manuel de Abreu Soares, dando instruções sobre a guerra do gentio do Rio Grande: *“Vossa Mercê dirija a entrada e guerra que há de fazer aos bárbaros como entender que possa ser mais ofensiva, degolando-os, e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que confederadas com eles não temiam as ordens de Sua Majestade.”*²³

A guerra contra os Janduí durará até dez de abril de 1692, quando são feitas as pazes entre o governador geral do Brasil Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho e os Tapuia que haviam ido dos campos do Açu a Salvador pedir pazes, conforme cópia das capitulações, publicada por Ernesto Ennes:

“Em os cinco de Abril do presente ano, chegaram a esta cidade da Bahia Joseph de Abreu Vidal, Tio do Canindé rei dos Janduíns, Maioral de três aldeias sujeitas ao mesmo rei: e Miguel Pereira Guarejú Pequeno, maioral de três aldeias sujeitas também ao mesmo Canindé; e com eles o capitão João Paes Floriam português, em nome de seu sogro putativo chamado Neongugê; maioral da sua aldeia Sucurú da mesma nação Janduí, e cunhado recíproco do dito rei Canindé, a cuja obediência, e poder absoluto está sujeita toda a nação Janduí, dividida em vinte, e duas aldeias; sitas no sertão que sobre as capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande; nas quais há treze, para catorze mil almas, e cinco mil homens de arcs, destros nas armas de fogo.”

Segundo estas capitulações, estes maioriais, nomeados com mais quinze índios e índias que o acompanhavam na presença do governador geral e em nome do rei dos Janduí, o Canindé, estabeleceram *“uma paz perpétua para viver a sua nação, e a portuguesa como amigas”*. Foram estabelecidos os seguintes pontos: o reconhecimento do Rei de Portugal como soberano, o direito de liberdade e que os índios seriam batizados; auxiliariam os portugueses contra os estrangeiros e contra os índios de outras nações, informariam ao Governador Geral a descoberta de metais nas suas terras. Seriam garantidas às aldeias dos Janduí dez léguas de

terra de cada banda. O trabalho indígena deveria ser pago ao governador da aldeia, os índios deveriam ajudar na reconstrução da fortaleza do Rio Grande e nenhum governador, ou cabo de paulistas, poderia perturbá-los.²⁴

Em fins do século XVII, houve uma guerra na capitania do Ceará contra os Anacé, que haviam se rebelado. As informações que possuímos sobre esta guerra são duas cartas do rei ao governador de Pernambuco e duas consultas do Conselho Ultramarino. Na primeira carta, escrita em 12 de dezembro de 1695, a respeito da conta que o governador havia dado através da Junta das Missões da guerra do Ceará e da venda e cativeiro dos índios, o rei ordenava que se a guerra tivesse sido injusta, restituísse a liberdade aos índios, que deviam ser aldeados. Na segunda carta, datada de 18 de agosto de 1696, o rei ordenava ao mesmo governador, que enviasse os pareceres das pessoas práticas que dizia ter ouvido, e que assentaram ser conveniente fazer a guerra aos Tapuia do Ceará, então ele julgaria se a guerra havia sido justa ou não.²⁵

Através de um parecer do Conselho Ultramarino, emitido em 22 de agosto de 1696, sobre a carta de Fernão Carrilho, que havia sido capitão-mor do Ceará, escrita em 09 de junho de 1696, ficamos sabendo um pouco mais sobre este conflito. Nesta carta, Fernão Carrilho informa ao rei que quando esteve na dita capitania, desceu do sertão os Anacé, os quais, por informação dos antigos, nunca foram contra os portugueses, e os situou em um lugar a que chamam Pamâmerim a norte da Fortaleza, por terem ali alimento e terras para as suas lavouras. Ele assim o fez pelo fato dos ditos Anacé terem ajudado na guerra que havia feito contra os Paiacú de que resultava agora estarem os Paiacú em paz com os portugueses. Porém, mesmo sendo os Anacé os que mais se destacaram na luta contra os Paiacu, alguns moradores pretenderam “corrê-los”, o que provocou o levantamento onde se perderam tantas vidas e fazendas.²⁶

Um dos massacres mais sangrentos conhecidos deste período ocorreu na ribeira do Jaguaribe contra os Paiacú, promovido pelo mestre de campo do terço dos paulistas Manuel Álvares de Moraes Novarro, que matou e cativou índios que já estavam aldeados, segundo o *“Auto de devassa que mandou fazer o reverendo padre vigário da capitania do Ceará João de Matos Serra por ordem do Il.mo fr. Francisco de Lima por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica Bispo de Pernambuco e do*

conselho de sua majestade que Deus guarde do excesso que cometeu o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Novarro matando e cativando os índios da ribeira do Jaguaribe debaixo de paz estando os ditos índios aldeados e a maior parte deles batizados assistindo debaixo da proteção do missionário Padre João da Costa”, datado de 30 de novembro de 1699.

O resumo do depoimento de algumas testemunhas nesta devassa, além da violência, mostra os conflitos de interesses entre os missionários, os paulistas e os moradores pelo controle da mão-de-obra indígena. A primeira testemunha, Cristóvão Soares de Carvalho, capitão de uma companhia de ordenanças da ribeira de Jaguaribe, informa que os ditos Tapuia estavam de paz, e haviam ido logo combater os Tapuia Icó e os Caratiú, ambos inimigos dos portugueses, demonstrando assim a sua lealdade. Devido às pazes, a ribeira já se encontrava com mais de cem fazendas de gado. A maior parte destes Tapuia estava reduzida e ajudando os moradores a fazerem os seus currais. Por ser esta nação muito dilatada e dividida em vários ranchos, não tinham podido aldear-se todos juntos, e edificaram outra aldeia distante da aldeia da Madre de Deus quase dezessete léguas. A trinta de julho entrou nesta ribeira o mestre de campo Manuel Álvares Moraes Novarro com seu terço e muitos Tapuia do Açu da nação Janduí e foram recebidos na aldeia da Madre de Deus com muita cortesia. Retirando-se o mestre de campo e publicando por esta ribeira acima que ia fazer guerra ao gentio Caratejú, chegou em frente ao presídio que está nesta ribeira, mandou chamar a um capitão por nome Jenipapoçu que era um dos que tinha dado princípio a esta nova aldeia dos Paiacu, escrevendo-lhe que fosse com toda a sua gente para ajudar a dar guerra aos Caratiú e trouxesse mulheres e filhos, pois queria lhes dar dádivas, o que o dito capitão obedeceu obrigando os ditos Tapuia a prostrarem-se aos seus pés, rendendo-lhe vassalagem como a seu senhor. Neste momento, o dito capitão-mor matou Jenipapoçu com uma carabinada, sendo esta a senha para que os seus soldados degolassem os mais tapuias Paiacú. Dizem que mataram mais de quatrocentos e cativaram outros tantos entre grandes e pequenos, velhos e mulheres, entre estes muitos batizados, e os mais catecúmenos; o que havia provocado temor na dita ribeira, pois o dito capitão retirou-se logo para o Açu e os Tapuia poderiam rebelar-se contra os moradores.²⁷

O acusado, em carta ao rei escrita em seis de maio de 1700, informa o castigo dado aos Tapuia do rancho Janipabussú da nação Paiacú e tenta esclarecer as acusações feitas contra ele pelos seus inimigos. Em dezembro de 1700, o rei escreve ao ouvidor-geral da Paraíba, mandando pôr em liberdade os Paiacu que o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Novarro havia cativado. Quatro anos depois os oficiais da Câmara da vila da capitania do Ceará escrevem ao rei se queixando dos Tapuia e Paiacu da ribeira do Jaguaribe.²⁸

Quatro dias depois, Manuel Alvares Moraes de Novarro escreve novamente ao rei, relatando que havia percebido a traição com que os Janduí procuravam destruí-los sob o pretexto de se encontrarem em paz. Estes estavam tramando atacar o seu arraial enquanto estava em campanha uma bandeira de soldados que mandou castigar os Tapuia Caratiú, Icó e Caratí, que estavam rebeldes e não queriam se sujeitar à obediência do rei. E querendo ele ir contra os Janduí, a infantaria não havia concordado em razão da excomunhão que os havia impedido de continuar a guerra.²⁹

Podemos imaginar o ocorrido nesta expedição contra os Icó, a partir do que o rei escreve ao ouvidor-geral da Paraíba em quinze de dezembro de 1700. O rei comunica que foi informado que o mestre de campo do terço dos paulistas Manuel Alvares de Moraes Novarro assistente no Açú, havia mandando chamar os Icó que estavam em paz, para que levassem suas mulheres e filhos para dar-lhes alguns presentes. Os índios aceitaram o convite e foram mortos em número de quatrocentos pelo dito mestre e sua tropa, e aprisionados trezentos. O rei ordena prender o dito mestre de campo e na mesma data envia carta ao bispo de Pernambuco, agradecendo a informação dada a respeito de Manuel Alvares de Moraes Novarro. Três anos depois, o rei envia uma carta ao capitão-mor da Paraíba ordenando mandar cópia do assento da junta que se havia feito para declarar guerra aos Icó.³⁰

Em 1709, o rei escreve ao governador de Pernambuco informando que o capitão-mor do Ceará havia comunicado que os Icó estavam fazendo hostilidades aos mesmos e que havia mandado fazer um arraial para a sua segurança, tendo feito as pazes com eles e os reduzido. O rei ordena examinar se o dito capitão havia executado bem a tarefa e se era preciso manter o arraial, pois a experiência tinha mostrado que se

usavam muitas vezes estes pretextos para lhes fazerem guerra menos justificadamente.³¹

Em 1711, o rei volta a escrever ao capitão-mor da Paraíba ordenando castigar as pessoas que com a bandeira do Apodi, não só vexaram os Icó que se achavam aldeados e em paz no rio do Peixe, mas também lhes cativaram as mulheres e alguns meninos que deviam ser restituídos. Dois anos depois, ordena ao mesmo que informe o resultado da devassa sobre esta bandeira. Novamente em 1716, ordena enviar a mencionada devassa que se tirou no sertão das mortes e danos que fizeram os Tapuia Icó e também do que se executou com eles depois de aldeados, cativando-lhes suas mulheres e filhos.³²

A partir do fim de 1707, inicia-se um período de guerra generalizada ao “Tapuia de Corso” que estavam atacando os moradores do Rio Grande e Jaguaribe. A decisão para esta guerra foi tomada no Conselho Ultramarino em quatorze de dezembro, a partir de uma queixa do governador da capitania de Pernambuco sobre estes ataques:

“Ao conselho parece que se deve declarar imediatamente a guerra e para armar os que forem para aquela guerra se deve declarar que não só há de matar a todos os que lhes resistirem, mas que hão de ser cativos os que se lhes renderem, os quais se venderão em praça pública aos que mais derem por eles e da importância que disto resultar será paga a fazenda real da despesa que nesta guerra se fizer e que os quintos que lhes tocam que sobrando alguma coisa se dará jóia ao governador de Pernambuco repartindo-se o mais pelos cabos, oficiais e soldados conforme o regimento das fronteiras.”³³

Baseado neste parecer, o rei escreve, no início de 1708, ao governador de Pernambuco e ao governador geral do Brasil, ordenando fazer guerra geral a todas as nações de índios de corso, entrando pelo sertão da Bahia, Rio Grande e Ceará.³⁴

Em julho de 1709, em carta ao governador de Pernambuco, o rei comenta uma carta que havia recebido do capitão-mor da Paraíba, informando que o capitão-mor dos sertões daquela capitania, Teodósio de Oliveira, havia comunicado que havia naqueles sertões uma nação de Tapuia chamada Pega e outra chamada de Corema que inquietavam

os moradores. O motivo da inquietação era por se achar a nação Pega com cabo e com mais de mil e tantos arcos, de que se procedia não se povoarem aqueles sertões e se aumentarem os currais. Diante disto, o rei ordenou convocar a Junta das Missões para determinar se a guerra que se pretendia fazer era justa. Na mesma data, o rei escreve ao capitão-mor da Paraíba ordenando mandar o capitão-mor Teodósio de Oliveira, com os índios que tinha, reprimir os danos que os índios levantados tentavam fazer, e se não fosse possível com sua gente, escrevesse ao governador de Pernambuco para dar o socorro necessário para empreender esta guerra, devendo ser convocada a Junta para verificar se a mesma era justa, e se fosse assim considerada, mandasse fazer pela mesma gente que se tinha ordenado para castigar outros índios no Rio Grande e Ceará, incorporando-se esta com a do dito capitão-mor.³⁵

Os ataques dos moradores da ribeira do Açu aos Caboré Açú, da nação Janduí, vai provocar um levante entre os índios, havendo uma grande mortandade de pessoas e de gado na região. O rei, em cartas ao governador de Pernambuco e ao capitão-mor do Rio Grande, escritas em três de abril de 1712, ordena procurar por todo o bom modo pacificar o dito gentio e, se não fosse possível reduzi-los por meio de suavidade, lhes fizesse guerra.³⁶

Em setembro do mesmo ano é discutido na Junta das Missões de Pernambuco se foi justa a guerra que se fez aos Caboré e Capela, da nação Janduí, e se estavam legitimamente cativos todos os que foram aprisionados nela, sem embargo das dúvidas que se propuseram em razão de algumas vexações e injustiças que haviam feito a um rancho do dito Tapuia, cativando-lhe o mulhierio que levaram para as minas, por cuja causa se uniram os ditos Tapuia agregando-se-lhe os da Capela com o receio da mesma injúria, tendo sido este o motivo das hostilidades. Assentou-se na junta que de nenhuma maneira convinha os cativos ficarem na terra e que deveriam ser alimentados pela fazenda real.³⁷

Em abril do ano seguinte, é discutida em reunião da Junta das Missões de Pernambuco, uma carta do capitão-mor do Rio Grande, onde informava que os índios continuavam repetindo várias hostilidades na ribeira do Açu e que seria conveniente que marchasse para lá o terço dos paulistas que se achava naquela capitania. A junta aprovou que fosse mandado o dito terço, apesar de estarem no inverno.³⁸

Em julho do mesmo ano é discutida no Conselho Ultramarino uma carta do governador de Pernambuco onde informava as mortes, extorsões e roubos que os gentios das nações Anacé, Jandoim e Caboré estavam fazendo nos arraiais e beiras do rio Parnaíba e Açu. O conselho dá o parecer “*que se faça guerra tão vigorosa que os faça conter que se sujeitem estes índios, e respeitem nossas armas de maneira que nos tenham toda a obediência e respeito, fazendo-se com eles a paz com toda a cautela, que se não tema seja ela ocasião*”. Em fevereiro do ano seguinte o rei ordena continuar esta guerra até a extinção ou impossibilidade de rebelarem-se.³⁹

Os conflitos ocorridos na ribeira do Parnaíba, sob a jurisdição do Maranhão, serão detalhados adiante, na parte relativa aos sertões do Maranhão e Piauí, para onde vai aos poucos se deslocando a maior parte das guerras contra os povos indígenas, processo que atingirá o seu auge, naquela região, durante o transcorrer do século XVIII.

No Ceará, houve, no ano de 1713, um grande levante de índios aldeados e não-aldeados. Em vinte e dois de setembro do referido ano, o governador de Pernambuco escreveu ao capitão-mor dos índios D. Sebastião Pinheiro Camarão dizendo que havia sido informado que os Tapuia Paiacú, Anacé e Jaguaribara haviam se levantado na capitania do Ceará e que com eles se haviam juntado os índios das aldeias, fazendo muitas mortes e hostilidades.⁴⁰

No dia seguinte, na Junta das Missões de Pernambuco, é discutido um aviso do capitão-mor do Ceará, onde informava que quase todos os índios aldeados daquela jurisdição se tinham levantado e haviam se confederado com o Tapuia bravo e caboclos, e que tinham feito grandes hostilidades, estando ele e sua guarnição recolhidos na fortaleza. Foi votado e aprovado que fossem trezentos índios das aldeias da capitania do Rio Grande ao rio Jaguaribe aonde deviam esperar ordem do Ceará para a guerra. Propôs-se também que seria necessário que o governador destas capitanias mandasse um perdão em nome de Sua Majestade aos índios que tinham cometido insulto, porque destes aldeados dependiam não só aquela capitania, mas a do Grão-Pará e Maranhão, da parte do Norte, e da parte do Sul, as do Rio Grande e Paraíba, o que foi aprovado.⁴¹

Em fevereiro de 1714 é discutido na Junta das Missões o fato do sargento-mor do terço do Açu, José de Moraes Novarro, ter feito pazes

com um “ranchinho” de Tapuia Panicuaçu, que andavam em companhia dos Caboré com a condição de fazerem guerra aos próprios Caboré. A devassa apurou que o rancho do Panicuaçu cumprira a condição com que se lhe deu a sobredita paz fazendo guerra aos Caboré debaixo da dita bandeira. Pelo que foi votado nesta junta que as pazes que deu o sargento-mor do terço do Açu fiquem feitas; mas que se advertisse a este oficial que não devia fazer pazes, nem tréguas, até dar parte na dita junta.⁴²

Em vinte e sete de julho de 1714, o governador de Pernambuco, através de uma portaria ao juiz ordinário do Ceará, ordena tirar uma devassa da guerra que se fez ao Tapuia Jaguaribara que estava debaixo de paz. Segundo ele, pelo que havia sido apresentado na Junta das Missões de vinte e um de abril daquele ano, os índios tinham participado do levante ocorrido na capitania e por isso os moradores e os oficiais da guerra resolveram prendê-los e mandá-los para suas aldeias, o que se seguiu de grande mortandade pelo fato de os índios não se deixarem prender. Segundo carta do capitão-mor do Ceará, Plácido de Azevedo Falcão, discutida na reunião da Junta das Missões de novembro daquele ano, os Jaguaribara no levantamento que se fez naquela capitania pretenderam violentar, à força de armas, a um rancho de Tapuia da nação Tremembé para que se unissem com eles, o que não consentira o principal desta nação chamado Carvalho, de que resultara matarem os Jaguaribara a maior parte deles, e a outros muitos, que não quiseram os seguir, e levaram consigo o resto dos ditos Tremembé, que depois foram aprisionados na guerra feita aos Jaguaribara.⁴³

Na Junta das Missões de vinte e nove de novembro de 1714 discutiu-se também uma carta do Sargento-mor do terço do Açu, José de Moraes Novarro, em que dava conta de que perseguindo em uma bandeira os Tapuia Canindé, estes fugiram para o distrito da Paraíba, onde havia lhes dado pazes o capitão-mor Teodósio de Oliveira daquela jurisdição, de que resultou irem perseguir aos Tapuia Caboré, os quais sendo acossados, se valeram da ribeira do Açu a pedir pazes aos moradores dela, que a concederam inconsideradamente. A junta assentou que se continuasse a guerra aos Canindé, e que se advertisse aqueles moradores que não lhes tocava dar pazes.⁴⁴

A última informação encontrada na pesquisa sobre guerras na região do Açú e do Jaguaribe é de 1722. Neste ano, o rei escreve ao

governador de Pernambuco que havia sido informado de que, no ano anterior se havia feito uma guerra injusta contra os Jenipapoaçu na vila de Jaguaribe, a qual mandou fazer o capitão-mor do Ceará, fazendo condutores dela ao capitão Luiz Ferreira e ao comissário Clemente de Azevedo, e ao coronel Manuel de Castro Caldas, os quais primeiro deram no gentio em um lugar chamado os Buqueiros, aonde cativaram algumas mulheres, e o mais gentio fugiu, buscando a igreja de São João onde tinham o seu missionário, o Padre Antônio de Caldas Lobato, sacerdote do Hábito de São Pedro, o qual os meteu dentro da igreja. Chegando os cabos com a referida tropa, quiseram escalar a dita igreja, não obstante o missionário pedir em nome do rei e de Deus que não o fizessem. E vendo que não conseguia, entregou-lhes a chave da igreja, e eles dentro dela cativaram todo o gentio, tirando debaixo do altar alguns meninos, e logo repartiram entre si os presos, e que o padre missionário e o principal do dito gentio haviam dado conta ao anterior governador de Pernambuco e ao vigário geral, e que o dito governador havia considerado a guerra injusta, e mandara largar as presas, e que o vigário geral mandara o mesmo sob pena de excomunhão. Porém, apesar disto, ainda se achavam cativos.⁴⁵

As guerras ocorridas nos sertões do Maranhão, principalmente na região dos rios Mearim, Itapicuru e Munim, e do sertão do Piauí, prolongaram-se durante todo o século XVIII, entrando pelo século XIX, na região sul do Piauí, onde os conflitos com os Pimenteiras continuaram ocorrendo até o fim do período colonial.

Uma das questões que nos chamou atenção na pesquisa realizada, em relação aos povos envolvidos nestas guerras, foi a resistência dos Guegue, Acroá e Gamela ao aldeamento.

Uma outra questão interessante em relação às guerras ocorridas nesta região, no período que vai de fins do século XVII até meados do século XVIII, foi o constante pedido e o envio para as mesmas, de índios aldeados das capitanias da Bahia e de Pernambuco, principalmente das aldeias do rio São Francisco e da Serra da Ibiapaba. Na segunda metade do século XVIII, a maioria dos índios que vai combater nestas guerras é da própria região, sendo boa parte dos combates financiados pelos fazendeiros de gado através de impostos, como a finta, já que com a proibição da escravidão indígena em 1755, no bojo das transformações

do período pombalino, o interesse por estas guerras diminui pelo fato de não poderem ser pagas com as presas realizadas.

Nos fins do século XVII, os paulistas são convocados para lutar nestas guerras. Em fevereiro de 1699 o rei escreve ao governador do Maranhão e ordena que declarasse ao governador geral do Estado do Brasil que enviasse gente dos terços de Pernambuco, de que era mestre de campo Domingos Jorge Velho ou da Bahia, de que era mestre de campo Manuel de Moraes Novarro a fazer guerra aos índios de corso naquele Estado com as seguintes condições:

"Que levem em sua companhia algum missionário se o houver, e que queira ir com eles, que façam a guerra aos índios de corso das nações que atualmente, a dão a esse Estado, e que querendo alguma destas nações reduzir-se e aldear-se, a vosso arbitrio os não possam cativar, e que sucedendo passar por algumas aldeias, ou do distrito de Pernambuco e Ceará ou da Bahia, ou desse mesmo Estado, o façam de maneira que os índios não recebam nenhum temor, e que peçam ao missionário que lhes assistir ou ao principal que os governar pelo preço comum o que necessitarem para o seu sustento; com a condição também que todos os índios que cativarem levarão a essa capitania de São Luiz, aonde se poderá vender depois de examinada a justiça do seu cativoiro na forma de minhas ordens"⁴⁶

No início do ano seguinte, o rei escreve ao governador de Pernambuco, mandando enviar, do terço de que era mestre de campo Domingos Jorge Velho, toda a gente que fosse possível para ajudar os moradores do Maranhão a fazer guerra ao gentio de corso. Um ano depois, o governador geral do Brasil escreve ao sargento-mor do terço dos paulistas José de Moraes Novarro, ordenando tirar o terço dos paulistas do Açú e assistir no sertão que ficava entre o Ceará e o rio Parnaíba, para fazer guerra aos Tremembé e outras nações que impediam comunicação do Estado do Brasil com o do Maranhão.⁴⁷

As primeiras informações que localizamos na pesquisa realizada sobre as guerras ocorridas nos sertões das capitanias do Maranhão e Piauí datam do fim do século XVII e se referem aos gentios de corso que atacavam a região dos rios Mearim, Monim e Itapicuru. As guerras nesta região vão durar pelo menos até 1707, quando a região em torno

do rio Parnaíba e da serra da Ibiapaba passa a ser o palco de uma série de guerras contra os índios, acusados de terem assassinado o ajudante Manuel dos Santos e seis religiosos que estavam em sua companhia, e de terem assassinado também, alguns anos depois, o mestre-de-campo Antônio da Cunha Souto Maior.

Em vinte e dois de fevereiro de 1693 o rei escreve ao governador do Maranhão sobre a carta e autos que ele havia enviado com os motivos para fazer guerra ao gentio de corso dos rios Mearim e Itapicuru. O rei a considerou justa e necessária. Em 1707, escreve novamente ao dito governador ordenando fazer a mencionada guerra só que acrescentando o rio Munim, e mandando descer índios do Tocantins para a mesma.⁴⁸

Em nove e dezesseis de abril de 1709, o rei escreve ao governador do Maranhão a respeito de uma carta onde o referido governador informava que havia mandado Antônio da Cunha e Damaso Pinheiro a fazer guerra e extinguir os índios da serra da Ibiapaba e os mais que infestavam essa capitania, por causa da morte do ajudante Manoel dos Santos e de seis religiosos que iam em sua companhia. O rei ordena que, para castigo, devia mandar que o capitão-mor do Ceará tirasse quinhentos índios de guerra, assim daquela capitania como da serra da Ibiapaba e os mandasse entregar ao capitão-mor do Piauí Antônio da Cunha Souto Maior, para dar guerra aos ditos índios e a todos os mais de corso que habitavam aquela capitania.⁴⁹

A guerra foi feita contra os índios de corso das Nações Aranhim e Anaperu Açu, que foram mortos ou aprisionados, não restando naquela parte do Iguará e Parnaíba mais que alguns Caicazes, segundo carta de Antônio Souto Maior discutida em reunião do Conselho Ultramarino de novembro de 1712. Porém, logo depois desta conquista, o mestre-de-campo Antônio Souto Maior é assassinado pelos índios da sua própria tropa, conforme carta do rei ao governador de Pernambuco, escrita menos de um mês depois da reunião acima mencionada, onde ordenava que enviasse quatrocentos índios de guerra do Ceará para a cidade de São Luiz para se incorporar com os que nela houvesse, para fazer oposição ao gentio de corso.⁵⁰

Na carta do capitão-mor do Ceará a respeito deste assassinato, discutida na Junta das Missões de três de abril de 1713, encontramos mais alguns detalhes sobre o que deve ter ocorrido. Os índios acusados

de rebelião e de matar o mestre-de-campo e sua tropa foram os Tapuia-Anacé, que teriam feito muitos roubos pela ribeira do Acaraú, agregando muitas nações e muitos Tapuia aldeados. O capitão-mor informa que mandou devassar estes bárbaros, e achando os culpados nestes delitos depois de aldeados, lhes mandou fazer a guerra com tão feliz sucesso que só quarenta puderam livrar-se.⁵¹

Diante destes conflitos, na reunião do Conselho Ultramarino de dezoito de julho de 1713, após a informação dada pelo governador de Pernambuco sobre as mortes, extorsões e roubos que os Anacé, Jandui e Caboré tinham feito nos arraiais e ribeiras do Parnaíba e Açú, é votado um parecer que *“se faça guerra tão vigorosa que os faça conter que se sujeitem estes índios, e respeitem nossas armas de maneira que nos tenham toda a obediência e respeito, fazendo-se com eles a paz com toda a cautela”*. No ano seguinte, o rei escreve ao governador de Pernambuco ordenando continuar esta guerra até a extinção ou impossibilidade de rebelarem-se.⁵²

Numa carta do rei ao governador de Pernambuco, escrita em vinte de outubro de 1718, sobre uma carta que havia recebido do mestre de campo da conquista das capitanias do Maranhão e Piauí Bernardo Carvalho de Aguiar, a respeito de como destruir o gentio de corso daquelas terras, ficamos sabendo qual era o seu projeto, que acabou sendo encampado pelo rei, que aprovou a sua idéia, mandando que fosse executada. O projeto recomendava compor-se um exército de mais de quatrocentos índios, fora os brancos, que seriam tirados das aldeias do Camarão até o Ceará e do rio São Francisco, escolhendo-se das ditas aldeias os que fizessem menos falta nelas, e que para se ajudar a dita expedição podia ir do Maranhão alguma gente paga já experimentada nesta guerra.⁵³

Este mestre de campo vai entrar em conflito, no sertão do Piauí, com o coronel Garcia de Ávila Pereira, que apresenta um requerimento argumentando que quando Pedro de Vasconcelos e Souza [1711-1714] era governador e capitão-geral do Brasil, o gentio bravo começou a invadir a capitania do Piauí e, devido a interesses particulares na região, resolveu fazer a guerra por conta própria o que aprovou o dito governador dando-lhe para isso as ordens necessárias. De posse das ditas ordens fez ir índios do São Francisco com o Mataroã seu governador, e outra muita

gente com o seu cabo, assentar arraial na dita capitania, e que nela se achavam há mais de seis anos, pelejando muitas vezes com o dito gentio e fazendo muitas presas de que sempre deu o quinto à fazenda de Sua Majestade e jóia dos ditos governadores do Maranhão como era estilo, repartindo as mais presas pelos mesmos conquistadores conforme as mesmas ordens dos ditos governadores, sem que delas tivesse levado coisa alguma, tendo sustentado à sua custa o dito arraial dando-lhe armas, pólvora e tudo o mais necessário. E sem embargo disto, havia começado a impedir a conquista o mestre de campo Bernardo Vieira de Carvalho dizendo que tinha ordem de Vossa Majestade. Diante disto, o coronel Garcia de Ávila Pereira pede ao rei que o dito mestre-de-campo não se intrometesse com o dito arraial deixando-o continuar a conquista. O requerimento apresentado por Garcia de Ávila Pereira surtiu efeito, pois o rei em provisão ao governador do Maranhão em trinta de outubro de 1724, ordenou que o mestre de campo Bernardo de Carvalho não interferisse no dito arraial, antes construísse outro para que unidos desinfestassem mais rapidamente a capitania daquele gentio.⁵⁴

Em dezesseis de abril de 1739, o rei passa provisões aos governadores do Maranhão e de Pernambuco ordenando fazer guerra defensiva aos Guegue e Acroá e outras nações, devido às hostilidades e mortes feitas nos sertões do Piauí. Em setembro de 1740, em outra provisão ao governador e capitão-geral do Maranhão sobre esta guerra, recomenda que esta não fosse feita também pelo Tocantins, como ele havia sugerido, por poder atingir alguma nação inocente e facilitar o caminho para as minas, o que era proibido. Em dezembro de 1744, o governador do Maranhão escreve ao rei dando conta de ter continuado a guerra aos gentios que infestavam a capitania do Piauí e que as expedições de guerra iniciadas por ordem do rei em dezesseis de abril de 1739 tinham continuado, porém não tinham sido bastantes para exterminar ou reduzir estas nações, por serem gentio de corso, que não habitam em lugar certo.⁵⁵

Por volta desta época uma parte dos Guegue foi reduzida à paz, conforme se vê em termo de vereação da vila da Mocha de três de janeiro de 1745, em que se assentou o modo como se devia continuar a guerra dada ao gentio bárbaro e como devia aldear o que estava de paz. Nesta reunião foi decidido confirmar novamente as pazes com o gentio

Guegue, repartindo os índios em duas aldeias, uma no Cocal Grande e outra nos mesmos distritos do Parnaguá, e que seria necessário ao menos quinze soldados pagos na capitania e algum oficial que governasse os índios.⁵⁶

Em agosto de 1745 o ouvidor-geral do Piauí escreve ao rei informando que continuavam as hostilidades do gentio Acroá que vinha ocupando as terras deixadas pelo Guegue e fazendo muito maiores derrotas pelas fazendas desta capitania, e que havia mandado lhes fazer uma avançada, convocando muita gente particular com os seus familiares e unidos com o Guegue reduzido, o qual sempre fora oposto àquela nação. No encontro que tiveram, morreram trinta e dois dos Acroá e se aprisionaram outros tantos, sendo inumeráveis os feridos, tendo ficado destes, dezesseis dos seus, mas sem nenhuma morte. Dos Acroá presos, havia sido solto um veterano para ir propor a paz, e o seu principal mandou dois filhos seus com alguns homens de guerra para ajustar a paz, gratificando a sua estimação com um presente de raízes de árvores e algumas frutas silvestres. O tratado foi ajustado, alguns ficaram logo, outros foram buscar sua gente. Foram dados de presente um bastão, alguns machados e uma faca de mato. Informa que pelo tratado os gentios deviam ser sustentados por um ano, tempo necessário para plantarem os seus ranchos e se sustentarem daí em diante. Havia também solicitado que os missionários entrassem com eles para o mato, mas os mesmos haviam hesitado.⁵⁷

No ano seguinte, o mesmo ouvidor escreve ao rei que com a paz com os Acroá desceram oito mil e tantas almas. Segundo ele, os Acroá, dentro das aldeias, sempre tiveram guerra com os Guegue, que haviam sido reduzidos à paz dois anos antes. Relata que os Acroá haviam incitado os Guegue a se levantarem e estes o fizeram, tendo matado o seu próprio missionário, um religioso de Santo Antônio, e ido ao armazém onde estavam algumas armas, pólvora e chumbo da fazenda real, cujos gêneros levaram, pelo tempo da paz os ter feito práticos no exercício de atirar. Com esta desordem se seguiram outras, como o incêndio de casas mais afastadas e assassinatos. Informa que foi tirada uma devassa, remetida ao governador e à junta. Defendia então que se continuasse a guerra e que, apanhados dez ou doze cabeças, fossem enforcados no mesmo arraial para servir de exemplo aos Acroá. Finalmente, informou que enquanto

esperava decisão da junta, fez uma pequena tropa que entrou em choque com os mesmos, no qual morreram trinta e três homens de guerras dos índios e se aprisionaram vinte e três pequenos, tendo da dita tropa morrido um preto, e ficado quatro homens feridos de flecha.⁵⁸

Em novembro de 1747, o ouvidor geral da capitania do Piauí escreveu ao governador da mesma, relatando que, após um choque com os gentios Guegue rebelados se mataram quatro, resgataram um menino branco e se aprisionaram quatro, entre os quais a mulher de um dos seus maiores, que diante do ocorrido solicitou pazes à tropa. As pazes foram aceitas e estiveram em trégua fingida, porém com a descoberta de um levante, os soldados mataram todos os índios. Tiveram os bárbaros perda de vinte e sete homens de guerra, quatro mulheres e uma criança de peito, e alguns feridos, ficando prisioneiros vinte e nove entre machos e fêmeas e destes, três a perigo de morrer. Dos vinte seis que restavam, se tirou um que os soldados ofereceram a S. Félix das Balsas, cujo auxílio imploraram, cinco se tiraram para os quintos de Sua Majestade, cinco para os cinco capitães da tropa, três para nove oficiais subalternos, seis para os soldados, uma que lhe foi mandada pelos mesmos soldados e outra de jóia que deu de esmola ao Senhor dos Passos daquela vila, e duas de jóia para o governador da capitania, que depois de estarem nesta vila, se meteram uma noite ao mato e não foi possível achá-los, uma que pertencia ao secretário de Estado e uma para despesa particular dos soldados.

Nesta carta, o ouvidor-geral informa também que deu ordem a José de Abreu Bacelar morador nas Cajazeiras, distrito de Parnaguá, que castigasse da sua parte aquele gentio, o qual matou de dez a doze índios e aprisionou mais de trinta. Destes fugiram mais de vinte e cinco, e chegou à vila com cinco somente. Segundo ele, estes índios atacavam as freguesias de Gurguéia e Parnaguá e a sua grande aflição era a falta de gente para esta empresa, por não ter aquela capitania mais que duas aldeias de gentio, das quais uma se compunha de quinze Tapuia e outra de seis. Neste sentido, havia escrito ao missionário e principal das aldeias da nação Araió e da nação Anaperu que ficavam da outra parte da Parnaíba, fora da sua jurisdição para que lhe remetesse toda a gente de guerra que houvesse nas suas aldeias, e lhe foi respondido que tinham ordem

desse governo para que não saíssem os Tapuia para fora sem expressa determinação dele.⁵⁹

Em meados deste século, os Guegue e Acroá avançam para o norte e se unem aos Timbira, conforme o discutido na reunião do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1751. Segundo a consulta relativa a esta reunião, o rei, em 27 de maio do ano anterior havia mandado fazer guerra aos Guegue e Acroá na vila de Parnaguá, comarca do Piauí e estes haviam descido para as freguesias de São Bento das Balsas e Itapicuru. A Junta das Missões havia decidido que os Araió e Anapuru deviam lutar contra os mencionados gentios e era necessário auxílio da serra Ibiapaba, pois a união dos Guegue com os Timbira e Acroá fazia um enorme poder. Diante disto, no mês seguinte, o rei ordena continuar a referida guerra. Em carta de outubro do mesmo ano, João do Rêgo Castelo Branco informava a invasão dos Acroá no Parnaguá e dos Guegue na ribeira do Gurguéia. Em carta de novembro, Luís Vasconcelos Lobo informava que em São Bento das Balsas se tinha dado nos Timbira e Guegue com sucesso.⁶⁰

Em julho de 1752, Luiz de Vasconcelos Lobo escreve ao padre Antônio Machado, missionário dos Gamela, dizendo que enviava Jacinto de Sampaio Soares a que devia dar índios e língua, para a guerra que mandava fazer contra os Acroá.⁶¹

No mesmo mês, na Junta das Missões do Maranhão, é apresentada uma carta do cabo Jacinto de Sampaio Soares solicitando passar às aldeias dos Amanajó para os meter de paz e fazer o seu descimento. Como os Amanajó estavam sem fazer opressão e o mesmo Estado sofria com os Acroá e Timbira, assentou-se que o mesmo cabo seguisse para combater os índios pelo rio Mearim, na esperança que o gentio Gamela ao ver o que acontecia com os outros índios viessem a se aldear. A junta resolveu dar ao dito cabo para a dita guerra trezentos Gamela com seus arcos, mais quarenta Pinaré e alguma gente que voluntariamente quisesse se agregar. No mês seguinte, o padre Antônio Machado critica a idéia de que os Gamela por medo iriam se aldear com o exemplo dos Acroá. Para ele, com a extinção dos seus inimigos, os Gamela teriam mais terra para fugir.⁶²

Em maio do ano seguinte, Jacinto de Sampaio Soares escreve ao capitão geral do Maranhão informando que, segundo ordens recebidas, fez guerra aos Acroá e Timbira que estavam atacando os Gamela aldeados.

Para tal conquista preparou sua bandeira e entrou pelas terras dos Acroá e Timbira tendo se encontrado com alguns e tido choques, os fez sair em retirada das suas terras, o que logo obrigou os Gamela a se sujeitarem a fazer aldeia na companhia do Padre Antônio Machado.⁶³

Em carta de novembro de 1753, João do Rego Castelo Branco se queixa que os moradores não queriam contribuir com a guerra contra povos que não fossem aqueles que os estavam afetando diretamente. Informa que saiu do Maranhão e chegou à aldeia dos Barbados e apresentou uma carta na qual se ordenava cobrasse fintas dos moradores para a guerra e teve como resposta que não haveria finta sem expressa ordem de Sua Majestade. Chegou aos Pastos Bons, freguesia de São Bento das Balsas e os moradores do local o procuraram e propuseram sustentar a sua tropa, e este foi o motivo por que fez a guerra, e também para ver se descobria algum língua para mais seguramente seguir sobre as outras nações.⁶⁴

Em maio de 1758 é discutida no Conselho Ultramarino a resolução do rei de dois de julho de 1756, que as presas do gentio da nação Timbira se achavam legitimamente feitas, assim como as do Acroá e Guegue. Ordenava também que os moradores devessem concorrer com um donativo regulado para a guerra. Nesta consulta é ressaltado que com a resolução de seis de junho de 1755 declarando a liberdade de todos os índios, a organização da guerra foi prejudicada, pois o maior incentivo era a utilidade dos cativos como escravos ou para os venderem. O governador do Maranhão propunha então que os moradores contribuíssem com seis ou sete mil réis e em troca utilizassem o trabalho dos índios por oito ou dez anos.⁶⁵

Nos anos de 1759 e 1760, são mencionadas na documentação pesquisada, várias hostilidades provocadas pelos Timbira, Guegue e Acroá, nas regiões do Parnaguá e Gurguéia, na capitania do Piauí; e na freguesia de Pastos Bons, na capitania do Maranhão.

Em carta do governador do Maranhão ao rei, escrita em julho de 1763, o mesmo informava a invasão que os Guegue e Timbira tinham feito na ribeira do Itapicuru, Arraial de São Felix da Boa Vista, na freguesia de São Bento das Balsas. Em abril de 1765, o governador do Piauí escreve ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, ordenando que o mesmo continuasse a guerra contra os Guegue. A tropa deveria compor-se da

maior parte de moradores das freguesias do Parnaguá e Jerumenha e de todos os índios do Arraial de São Felix.⁶⁶

Em julho do mesmo ano João do Rego Castelo Branco responde ao governador do Piauí, informando que fez presas do gentio Guegue e que seguindo um caminho que na margem ocidental do rio Uruçuí se encontrou, marchou com a maior parte da gente ao lugar da aldeia da mesma nação e só encontrou as casas reduzidas a cinzas. Seguiu a trilha e encontraram umas índias que para procurarem algum sustento se tinham dividido dos seus. Morreram duas, se aprisionaram outras e fugiram algumas que, avisando aos outros, fugiram. No dia seguinte, foram atingidos por uma flecha do alto e uma das índias prisioneiras sabendo que os seus a ouviam, começou a gritar em seu idioma o seu miserável estado, a quem foi logo recomendado pelos nossos que lhes manifestasse, que o único empenho era o de resgatá-los do cativeiro do demônio por meio de uma amigável paz e o mesmo se expôs a um índio das Balsas por nome Manoel de Matos da mesma nação. Saiu entre os montes um índio Guegue principal entre os seus e veio abraçar o índio Manuel de Matos. A paz foi feita, cantando na aldeia, o mesmo índio, cântico que entre eles é de paz. Ficaram três dias na aldeia. Foram as condições da capitulação a troca de prisioneiros, e que estes auxiliariam na guerra contra os Acroá seus inimigos, no que havia consentido por dois motivos: primeiro, para resgatar aquelas almas; segundo, por estarem entrincheirados em um lugar que não podiam retroceder. Assim, os havia recomendado de se aldear naquele lugar onde deveriam o esperar para os socorrer na guerra mencionada. Finalmente, comenta que alguns soldados negociaram com os Guegue umas crianças Acroá cativas, no que havia consentido.⁶⁷

Em julho de 1770 o governador do Piauí volta a escrever ao rei sobre as queixas dos moradores da vila do Parnaguá dos assaltos dos Acroá. Em abril de 1771 escreve ao tenente-coronel João do Rêgo Castelo Branco sobre as instruções recebidas do rei a respeito da tropa de cento e cinquenta homens que se devia formar e expedir da vila de Jerumenha para precaver a repetição dos insultos do suposto gentio Acroá. Nesta carta ordenava que além dos soldados que seriam retirados das vilas de Jerumenha, Valença, Parnaguá e Oeiras, levaria cinquenta Guegue da aldeia de S. João do Sende para completar os cento e cinquenta homens.

O rei também ordenava que fosse um sacerdote acompanhando a tropa e, antes dela entrar e sair do mato, deviam todos confessar e comungar.⁶⁸

Em novembro do mesmo ano o governador do Piauí escreveu ao governador do Maranhão informando que entre as diferentes entradas que a tropa executou depois de vinte de maio, foram feitos cento e vinte quatro presos da nação Timbira, setenta e quatro da nação Acroá, e ultimamente perto de cem da mesma nação, que foram reduzidos à paz e desceram com o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, com o ajuste de irem, em abril, buscar o resto da grande aldeia, que ficara no mato por andar dispersa em vários troços ou malocas e o inverno estar já adiantado para os ajuntar. O referido tenente-coronel assegurava que com este descimento dos Acroá, não só a nação Timbira, que era o reino mais considerável deste sertão, mas ainda todas as mais nações de diferentes índios que existiam desde as cabeceiras do rio Tocantins até esta capitania quereriam se aldear.⁶⁹

Em dezembro de 1788 o governador do Piauí escreve ao Secretário de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar, informando a respeito da invasão do gentio Tapacoá em algumas fazendas do distrito da vila de Parnaguá, saqueando-as com a morte de dez pessoas.⁷⁰

A partir de 1770 começa a aparecer na documentação pesquisada referências aos Pimenteiras. Em um ofício datado de trinta de março de 1798, e endereçado ao governador do Maranhão, é informado que as cabeceiras do rio Piauí há anos vinham sendo atacadas, principalmente nos últimos quatro anos, que os moradores haviam abandonado suas fazendas e que eram os Pimenteiras quem cometiam os ataques, estando vinte e sete fazendas despovoadas, em um raio de cinquenta léguas.⁷¹

Em março de 1804 o governador do Piauí escreve ao rei, dizendo que não suportando os ataques dos Pimenteiras, que infestavam as cabeceiras da ribeira do Piauí, havia mandado José Severino Teixeira Brandão tirar uma devassa, a qual enviava, para que o rei ordenasse o que se devia fazer para conter este gentio, uma vez que os meios de brandura e moderação, mandados em carta de dezenove de setembro de 1799, não pareciam àquela altura adequados. Informa que estava despovoada metade daquela ribeira, e a outra metade estava muito mal povoada e tinha muito poucos milicianos. O prejuízo era gravíssimo tendo já se perdido vinte e duas fazendas de gado.⁷²

Em outubro de 1806, o governador do Piauí escreve ao governador do Maranhão, solicitando autorização para fazer novamente guerra aos Pimenteiras, por causa das hostilidades que faziam na capitania. Em maio de 1811, o governador interino da capitania do Piauí, se refere às hostilidades cometidas pelo gentio Pimenteira no termo da vila de Jerumenha, desde o mês de outubro do ano passado até abril daquele ano, e a necessidade de pôr em prática as diligências para serem conquistados ou reduzidos à paz, pois já estavam despovoadas trinta e tantas fazendas de gado.⁷³

Diante do exposto, fica claro que o processo denominado de “Guerra dos Bárbaros” teve uma abrangência espacial e temporal muito mais ampla do que a normalmente mencionada na historiografia e que esta não pode ser entendida sem a participação ativa dos povos indígenas como força militar ao lado dos colonizadores.

Notas

¹ RIBEIRO, Darcy. *Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 13.

² PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. Povos indígenas e a colonização dos sertão nordestino do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação de História Social da USP, 1998, p. 73/96; BARROS, Francisco B. *Bandeiras e Sertanistas Baianos*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1935. (brasílica, 45), TAUNAY, Affonso de. *A Guerra dos Bárbaros*. São Paulo, Rev. do Arquivo Municipal, ano 2 n.22, p. 7/331, abril de 1936 e *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: H L Canton, 1924-1 e VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Baianos*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional 1935 (brasílica, 48) e DHBN (Documentos Históricos da Biblioteca Nacional), vols: 3, 4, 5, 7,8, 9, 11, 41, 42, 43, 44, 45, 66, 67, 73 e 97.

³ PUNTONI, op.cit, VIANNA, op.cit, BARROS, op.cit. e MAGALHÃES, op.cit.

⁴ VIANNA, p. 63/64

⁵ DHBN 88 p. 33/34

⁶ DHBN 9 p. 69

⁷ BNL PBA – Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina Cd (Códice) 239 p p. 348/349

⁸ DHBN 38 : 425/426

⁹ AHU(Arquivo Histórico Ultramarino) PE d a (documentos avulsos) 25/09/1703

¹⁰ BNL PBA Cd 115 p. 207

¹¹ BNL PBA Cd. 115 p. 55/58

¹² BNL PBA Cd 115 p. 60/61

¹³ Ordens Régias, 8 fl 115 – APEJE Apud ROSA, Hildo Leal da. A Serra Negra: refúgio dos últimos “bárbaros” do sertão de Pernambuco. Recife, monografia para conclusão do bacharelado em História pela UFPE, 199, p. 10.

¹⁴ “Devassa a que mandou proceder o governador e capitão geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo ‘Pipães e Paraquiós’ fizeram na ‘ribeira do Moxotó’ no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes, 13/10/1759, Ribeira do Moxotó – fazenda Cuncalaco” AHU cd 1919

¹⁵ AHU cd 1919

¹⁶ AHU cd 1919 p. 89/92

¹⁷ AHU cd 1919 p. 93/93v

¹⁸ AHU cd 1919 f. 133/145

¹⁹ APEJE (Arquivo Público Jordão Emerenciano do Governo de Pernambuco) Ofícios do Governo, 4 f. 81 e Correspondência para a Corte, 12, f. 264 Apud ROSA, Hildo Leal da. A Serra Negra: refúgio dos últimos “bárbaros” do sertão de Pernambuco. Recife, monografia para conclusão do bacharelado em História pela UFPE, 1990., p. 11/13

²⁰ APEJE - Correspondência para a Corte, 12 f. 267 Apud ROSA, op. cit., p. 15/17.

²¹ AHU cd 275 f 315v

²² DHBN 89: 87/88 e DHBN 89 p. 93/95

²³ DHBN 10:275/276

²⁴ Ennes, Ernesto. *A Guerra nos Palmares* (subsídios para a sua história). 1º Volume Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1689-1709. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (brasiliense, 127), p. 422/426.

²⁵ AHU Cd 256, f. 209/210v e 212

²⁶ BN (Biblioteca Nacional- Rio de Janeiro) Pareceres do Conselho Ultramarino – Capitania de PE. 1673-1696 Mss. 22,2,8.

²⁷ AHU PE d a 1700.06.29

²⁸ AHU PE d a 1700.05.06 e cd 257 f 74 MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas Origens do Ceará. In: Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, XVI, 1902, p. 146/148

²⁹ AHU PE p a 1700.05.10

³⁰ AHU Cd 257 f 72v, 73, 73v e 126v.

³¹ MENEZES, op. cit, p. 152

³² AHU Cd 257 f 312 e 312v e cd 258 f 8 e 123v/124.

³³ AHU Cd 265 f 203/203v

³⁴ AHU Cd 257 f 214v/215, DHBN 34 p. 296/299 e MENEZES, op. cit, p. 149/150.

³⁵ AHU Cd 257 f 250/250v

³⁶ AHU Cd 257 f 341

³⁷ BNL PBA Cd 115 p. 35

³⁸ BNL PBA Cd 115 p. 36/38v

³⁹ AHU Cd 266 f. 32v/33 e AHU Cd 258 f. 26/26v.

⁴⁰ BNL PBA Cd 115 f. 224/224v

⁴¹ BNL PBA Cd 115 f. 41/45v

⁴² BNL PBA Cd 115 f. 50/52

⁴³ BNL PBA Cd 115 f. 299 e 60/61

⁴⁴ BNL PBA Cd 115 p. 60/61

⁴⁵ AHU Cd 258 f 273v/274

⁴⁶ AHU Cd 268 f 142/142v

⁴⁷ AHU cd 257 f. 38v DHBN 39 139/141

⁴⁸ AHU Cd 268 f 99v e IHGB Cd 1.2.25

⁴⁹ AHU Cd 268 f 245 e 248v/249

⁵⁰ IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) código 1.1.10 p. 125/127 e AHU cd 257 f 349

⁵¹ BNL PBA Cd 115 p. 36/38v

⁵² AHU Cd 266 f 32v/33 e 258 f. 26/26v.

⁵³ AHU Cd 258 f 107v/108

⁵⁴ AHU PI d a cx. 01 doc. 31 e IHGB 1.2.26 p. 119/121v

⁵⁵ IHGB Cd 1.2.26 p 122v/123 e AHU PI d a 1744.12.02

⁵⁶ AHU PI d a 1745.01.03

⁵⁷ AHU PI d a 1744.12.02

⁵⁸ AHU PI d a 06/09/1746.

⁵⁹ AHU PI d a 06/11/1747 cx. 03 doc. 62

⁶⁰ IHGB cd 1.1.10 p. 235v , cd. 1.1.11 - p 25e BNL PBA cd 621 p. 44/44v

⁶¹ BNL PBA Cd 621

⁶² BNL PBA Cd 621 p. 6/7v e 9

⁶³ BNL PBA Cd 621 p. 319/319v

⁶⁴ BNL PBA – Cd 623 p. 57/60

⁶⁵ ANTT(Arquivos Nacionais da Torre do Tombo) - Ministério do Reino - maço 313 cx. 419

⁶⁶ IHGB 1.1.11 p. 219 e AHU PI d a 01/04/1765

⁶⁷ AHU PI d a 1765.07.07.

⁶⁸ AHU PI d a 1770.07.20 e 1771.04.25

⁶⁹ AHU PI d a 1771.11.20

⁷⁰ AHU PI d a 1788.12.10

⁷¹ AHU PI d a 1798.03.30

⁷² AHU PI d a cx. 21 doc. 36 - 05/03/1804

⁷³ AHU PI p a 20/10/1806. BN Cd 7-4-73